

A CONTAGEM AUTÊNTICA: UMA ARTICULAÇÃO DAS FILOSOFIAS DE HUSSERL E MERLEAU-PONTY.

Prof^a Dr^a Maria Queiroga Amoroso Anastácio - CES/JF.

Resumo

Esse texto é fruto dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa “Fenomenologia e Educação Matemática”. No desenvolver do Projeto de pesquisa atualmente vigente, temos tratado questões relativas ao desenvolvimento matemático, e em particular ao número. Ao construir a articulação desse texto, propus desenvolver reflexões com o intuito de compreender uma questão quanto à constituição do número. Trata-se de investigar de que modo os estudos sobre os escritos de Merleau-Ponty¹ acerca de suas construções sobre o pensamento simbólico, especialmente no que concerne ao número, se articulam às idéias de Husserl acerca da presença e da ausência do número.² A proposta deste texto é avançar na compreensão da “contagem autêntica” procurando articular as idéias de Merleau-Ponty às de Husserl.

Palavras-Chave: Números; Contagem Autêntica; Pensamento Simbólico

Abstract

Mathematical objects in a phenomenological approach are the themes we are studying in our research group. In this paper I intend to show an articulation between Phenomenological studies of Merleau-Ponty about symbolization, in special about numbers, with Husserl's ideas about presence and absence of numbers. The central idea I pretend to work out is the “authentic counting” as exposed in husserlian's thoughts, and how those ideas are engaged with Merleau-Ponty's ones.

A FILOSOFIA DA ARITMÉTICA DE HUSSERL

Desde o início de seus estudos de Filosofia da Matemática, Husserl deu uma grande importância à distinção entre a apresentação “autêntica” e a “simbólica” do número. Na obra intitulada *Filosofia da Aritmética*, alude ao fato de que “... adquirimos apresentações autênticas apenas dos primeiros números. Os números maiores podem ser pensados apenas simbolicamente” (HUSSERL in MILLER, 1982, p9). Para Husserl essa é uma pedra angular de seu trabalho de Filosofia da Matemática.

Em 1887, quando escreve sua tese de doutorado sobre os números³ Husserl via a análise ou “*arithmetica universalis*” como uma ciência fundamentada essencialmente no conceito de número apenas. Delineia uma distinção entre ‘a aritmética do número’ e ‘aritmética universal’. A primeira é claramente baseada no conceito de número enquanto a segunda não o é. Afirma em 1890 que “nenhuma técnica, nenhuma representação imaginária pode levar a que se deduza do conceito de número, o número negativo, o racional, irracional, e os vários complexos... A aritmética universal encontra aplicação nos números”. (HUSSERL in MILLER, 1982)

Husserl vê que nenhum estudo do conceito de número apenas será suficiente para propor um fundamento filosófico dos intrincados conceitos da Matemática Superior. Nem mesmo a distinção entre ‘autêntica’ e ‘simbólica’ na apresentação do número, será suficiente. Nesse momento Husserl vê a análise não como a *Arithmetica Universalis*, mas como uma parte da lógica Formal.

¹ Considerou-se aqui A Fenomenologia da Percepção, A estrutura do Comportamento.

² O estudo do pensamento de Husserl será tomado a partir da obra de Miller, J.P., apontado nas Referências Bibliográficas.

³ ‘Über den Begriff der Zahl’, a tese de Doutorado de Husserl, “Sobre o conceito de Número”

Segundo Miller (1982), a lógica Formal é descrita por Husserl como a lógica dos sinais. Preocupa-se fundamentalmente com os procedimentos algorítmicos. Assim, a lógica geral é para o juízo da mente de um modo geral o mesmo que a lógica formal é para a mente que forma juízos com a ajuda de métodos simbólicos.

Convence-se que sua teoria de que a lógica é uma disciplina essencialmente prática, a disciplina do juízo correto, está equivocada. Passa a defender que a lógica é uma ciência pura, a priori, cujo primeiro objeto não é o juízo mental, mas o campo dos significados ideais imutáveis. Isso vai incidir em sua visão de análise que já não é mais entendida por ele como apenas um algoritmo que possibilita que a mente efetue juízos simbólicos corretos.

Para o Husserl desse último estágio, a análise não é nem uma ciência do número nem um algoritmo formal, mas uma disciplina teórica direcionada a um tipo distinto de região objeto. É uma instância da teoria de Variedades. É uma região de objetos definidos apenas pelo conjunto de relações entre eles num sistema formal dedutivo e, portanto, uma região à qual se tem acesso apenas através do sistema formal em questão.

De acordo com Husserl (in MILLER, 1982), o sistema do número real central para a análise é de fato, uma variedade matemática, uma região definida por um sistema dedutivo formal. “Números reais” são, em certo sentido, objetos, mas não podem ser encontrados do mesmo modo que os números estudados na aritmética elementar. Não são meras ficções, atos de qualquer realidade, mas são entidades de um caráter muito diferente dos números apresentados a nós no ato da contagem.

Apesar de continuar nesse terceiro estágio a olhar a análise como uma parte da lógica formal, o que mudou foi sua concepção de lógica em si mesma. Nesse terceiro estágio, a lógica já não se restringe a uma técnica para manipular signos, mas lida com verdades acerca de certa região de objetos mais do que com técnicas para ajudar a mente nos julgamentos.

Entre o 1º estágio de Husserl e o 3º se mantém a posição da necessidade da reflexão filosófica para o conhecimento teórico puro, genuíno. Mantém-se também sua visão do problema de esclarecer o ‘sentido’ da análise como uma tarefa prioritariamente filosófica.

O NÚMERO EM HUSSERL

Husserl não reduz número a um fenômeno mental. O pensamento fundamental em sua Filosofia da Aritmética é que número pode ser apresentado tanto autenticamente como simbolicamente. E isso seria inconcebível se números fossem olhados como idênticos aos atos de apresentação eles mesmos. Nessa obra Husserl não diz que números são objetos. Para ele, objetos, nesse momento são objetos reais, espacialmente localizados. Considera os números como conceitos. E, como esclarece, conceitos não são entidades puramente psicológicas. Um conceito pode em algum sentido ser o conteúdo de uma apresentação, mas não é idêntico à representação. O conteúdo de uma representação não é uma parte imanente da própria representação. (MILLER, 1982)

Husserl usa a análise fenomenológica para explicar o que números são verdadeiramente. Números têm sido definidos de distintas formas. Retoma as definições de Euclides e Frege. O primeiro, (livro VII dos elementos) define: um número (arithmos) é “uma multitude consistindo de unidades”.

Frege propõe uma nova definição de número em termos de uma correspondência um-a-um. Afirma que o número que pertence ao conceito F é a extensão do conceito igual ao conceito F. (MILLER, 1982)

Husserl debruça-se sobre ambas definições e nega que o conceito de número possa ser esclarecido adequadamente através de qualquer definição. A questão crucial não é como definir número, mas como tomamos a definição dada. Através da descrição, análise, interpretação dos fenômenos nos quais os números estão envolvidos, Husserl propõe esclarecer o conceito de número. Define número como ‘multitudes determinadas’. Essa definição discorda em parte com cada uma das duas anteriormente postas. Concorda com Euclides enquanto toma número como multitudes. Afirma que o conceito de número ‘abrange... o mesmo fenômeno concreto que o de multitude’ (HUSSLER, in MULLER, 1982, p.).

Discorda, entretanto daquele autor no que expressa como sendo a diferença específica entre número e multitude. Pois multitude admite uma certa indeterminação própria dela mesma. Quando falamos de número temos a presença de ‘um precisamente determinado quantos’. Números não são apenas multitudes, mas ‘modos de quantos’, que necessita que o ‘muitos’ seja determinado de forma mais precisa.

A definição de Husserl sublinha o caráter relacional do conceito de número e esse aspecto aproxima sua definição da de Frege (o mesmo quando dois conceitos são iguais). Mas Frege nega que ‘multitude’ seja do ‘genus’⁴ de número.

Frege argumenta que essa definição de multitude é aplicável apenas para números a partir de 2 (exclui o zero e o um) e, além disso é vaga e assume certa variabilidade pois pode-se falar de cinco árvores ou de quatro companheiros ou cinco “centos” de homens.

Quanto a isso Husserl (in MILLER, 1982) argumenta que:

1º) Zero e um são excluídos mas sua exclusão é apropriada. Não rejeita que 0, 1, -1, $\sqrt{2}$ sejam, em algum sentido, números. Seu ponto é que 0 e 1 não são números de uso cotidiano. Afirma que para clarear mais essas idéias precisa-se antes mostrar o que se entende por número no sentido mais básico do termo. Sem referir-se a multitudes isso não pode ser feito.

2º) Husserl responde a outra objeção de Frege dizendo que precisamos distinguir aglomerado, montão e multitudes propriamente ditas. Dizer que números são multitudes não significa dizer que são ‘montão’ ou ‘aglomerado’. Apenas numa multitude é que cada objeto é tomado como ‘um’. Argumenta que apesar da variabilidade notada por Frege, o número é univocamente determinado se o agregado é determinado.

A principal diferença entre os dois é que apenas Husserl procura por uma definição que explicaria o que realmente significamos por número. Frege argumenta que o matemático se preocupa apenas com a coisa em si mesma, o referente. O matemático toma como plausível qualquer definição que delimita corretamente a extensão do conceito que está sendo definido. Uma definição para ele mostra-se como válida se se prova que é útil.

Husserl espera algo diferente de uma definição. Para ele uma definição além de sua função num sentido matemático, tem também uma função filosófica. A definição de número deveria, para Husserl, trazer luz para o sentido ou conteúdo desse conceito. Deveria ajudar a entender o que realmente significamos como número. Apesar de Frege defender o contrário, esta expectativa é de modo algum solapada por uma distinção precisa entre número e a apresentação de número. (MILLER, 1982)

Husserl define número como uma ‘multitude determinada’ mas insiste em que é necessário ir além de qualquer definição de número e estudar o ‘fenômeno’ no qual número está envolvido. Quer estudar como número faz sua aparição no mundo em que vivemos.

Propõe estudar a origem de número, mas não no sentido histórico, filosófico-histórico, como sublinha em um ensaio mais tardio, intitulado: A Origem da Geometria (HUSSERL, 1970). Também não se detém sobre a origem no sentido das causas que levaram os homens àquele conceito. Afirma que não se interessa pelas questões psicológicas como a de origem da apresentação conceitual.

O que Husserl significa com ‘origem’? O que está procurando quando investiga a ‘origem fenomenológica’ de um conceito como número?

É importante distinguir dois sentidos do termo origem na própria filosofia de Husserl. Como os empiristas, alguma vezes usa o termo para designar o processo de ‘abstração’ através do qual nos movemos do objeto concreto, individual para conceitos gerais. Nesse sentido um estudo da origem envolve duas fases:

1ª a descrição de uma certa classe de objetos concretos e 2ª a descrição de um processo através do qual o conceito geral é abstraído dos objetos concretos. É nesse sentido que Husserl usa o termo origem em seus primeiros escritos.

Essa noção empirista se modifica nos escritos mais tardios de Husserl. O termo ‘origem’ então designa, mais do que o processo para mover-se do concreto para conceitos gerais, a síntese intencional através da qual os objetos concretos eles próprios são primeiramente

⁴ Genus significa núcleo constituído por amálgamas de emoções, percepções, sentidos, comunicação e interpretação que dizem do compreendido na percepção que vão se aglutinando ao longo da história.

constituídos. Esse sentido de origem como constituição não exclui o primeiro sentido, mas chama a atenção para um nível mais profundo do problema das origens. É nesse sentido que falamos quando mencionamos o problema da origem do número. (MILLER, 1982)

Enfatizando, nos seus escritos, segundo Bicudo (2003), Husserl trabalha com idealidades e por esse motivo pergunta-se pela origem da geometria, pois propõe expor como as idealidades são constituídas. Esclarece a autora, que o sentido proposto por Husserl, difere daquele de Platão pois, para o fenomenólogo, as idealidades são constituídas historicamente e não têm existência em si.

O conceito fenomenológico de origem se apóia no estudo de verdade, evidência e ser que Husserl faz na 6ª Investigação.⁵ A base dessa análise é a distinção fundamental entre intenções ‘vazias’ e ‘plenas’. Os atos intencionais se dirigem para os objetos, mas eles não são sempre do mesmo caráter. Um ato pode ser ‘vazio’ se o objeto é significado em uma qualquer de diversas formas, mas não é dado de fato intuitivamente. Nesse caso diríamos que o objeto foi intencionado em sua ausência. Por outro lado um objeto pode ser dado tanto intuitivamente como diretamente. Nesse caso o ato que se intende para ele não é vazio, mas intuitivamente saturado ou ‘preenchido’. O objeto é intencionado em sua própria presença. Assim Husserl fala de evidência não como apenas um sentimento de se assegurar, mas como um ato sintético no qual uma intenção vazia começa a ser intuitivamente preenchida. Evidência nasce quando temos um objeto presente. Objeto esse que foi ou poderia ser intuído em sua ausência.

De acordo com Husserl os conceitos de ser e de verdade são fundados na experiência da evidência. É essencial para a evidência que o objeto dado intuitivamente seja o mesmo que o objeto que foi significado. Além disso, é possível, para nós, tornar não apenas o objeto tema de consciência, mas sua própria ‘mesmidade’ (MILLER, 1982). Então Husserl descreve o que ele chama ‘ser no sentido da verdade’ como “uma identidade: a concordância total do que é significado com o que é dado” (HUSSERL, in MILLER, 1982). Falar do ‘ser’ de um objeto nesse sentido é fazer referência, então, a um estado de envolvimento nos quais o objeto é apreendido como algo que pudesse ser intuído tanto ‘vaziamente’ como num modo intuitivamente pleno. A palavra ‘ser’ designa identidade em presença e em ausência.

Os conceitos verdade, ser e evidência constituem a pedra angular sobre a qual Husserl constrói o conceito de constituição. Estudando a constituição de um objeto, estamos estudando seu ser; ou seja, examinamos o complexo de atos intencionais através dos quais o objeto é dado com evidência. Vemos o objeto como algo que é ‘intencionado’ como ‘o mesmo’ num cortejo de atos completos e vazios. É estudá-lo como uma identidade em presença e em ausência.

Fenomenologicamente, estudar o conceito de origem é extrair os atos intencionais - vazios e plenos - através dos quais o objeto emerge como algo idênticamente o mesmo. É descrever os aspectos essenciais dos atos através dos quais o objeto é intuído como uma identidade.

Husserl chama a atenção, entretanto, para o fato de que diferentes tipos de objetos levam a diferentes tipos de atos. Por exemplo, os atos intencionais necessários para fazer um fato ou coleção intuitivamente presente, são bastante diferentes dos que são suficientes para tornar os objetos sensórios presentes. Fatos e coleções são exemplos do que Husserl chama de ‘objetos categoriais’. Para ter esses objetos intuitivamente presentes é preciso realizar os atos categoriais, atos de julgamento ou de colecionar, conforme seja o caso. Estudar esses atos em sua diferença, entre e em relação aos atos vazios direcionados aos mesmos objetos categoriais, é dar uma análise fenomenológica das origens que constituem aquele objeto.

Números, segundo Husserl são também objetos categoriais. Eles também são dados intuitivamente apenas através do desenvolvimento de certas atividades categoriais correspondentes. Quando estudamos a origem do número de um ponto de vista fenomenológico,

⁵ Investigações Filosóficas. Segundo Bello (2000), nesse trabalho, Husserl que nos seus primeiros escritos buscava identificar se as teorias científicas e matemáticas podem ser investigadas permanecendo mais em um nível psicológico ou lógico, tendo identificado o plano lógico como o fundamental, propõe nesses estudos, “...investigar ainda mais a fundo, no caminho da justificação da mesma lógica.” (BELLO, 2000, p45)

pretendemos trazer luz a essas atividades, em sua diferença de outros atos intencionais e em relação com esses outros atos intencionais dirigidos a números.

A atividade categorial na qual números se tornam intuitivamente autenticamente presentes, Husserl chama de “contagem”. O fato intrigante é que, para atribuir a cada objeto de um grupo um determinado número, supõe-se uma certa familiaridade com números: ter aprendido as palavras do número em sua seqüência apropriada. Exige, ainda, saber como usá-los para saber o número do grupo cujos itens estamos contando. Como então dizer que contar é uma atividade na qual os números se tornam presentes de forma ‘original’? Não existiria uma atividade ainda mais fundamental que Husserl está solapando?

Nos seus escritos mais antigos Husserl usa o termo contagem em dois sentidos distintos. A contagem de todo dia, na qual agimos de forma ‘cega’, ‘mecânica’ não exige que sejamos conscientes do ‘conteúdo conceitual’ das palavras do número que usamos. Em contraste com essa contagem do dia-a-dia, Husserl (In MILLER, 1982) menciona uma ‘contagem autêntica’ - na qual o ‘conteúdo conceitual’ das palavras dos números é, de fato, ativado. As palavras (os nomes) dos números não são usadas apenas num modo cego, mecânico, como ‘rótulos’ para os itens de um grupo. Antes, são usados como nomes genuínos cujos significados são pensados de forma articulada, ativa. É apenas nessa autêntica contagem que verdadeiramente a presença original do número é adquirida.

Então se coloca a questão de conjecturar sobre os escritos mais tardios de Husserl quando ele afirma que os números se constituem de forma original no ato de contagem. O que ele teria em mente? Certamente não seria a contagem cotidiana, mas algum modo semelhante ao que antes ele havia chamado de ‘contagem autêntica’.

Examinemos, então nesse ponto, como Merleau-Ponty, tanto na Estrutura do Comportamento como na Fenomenologia da Percepção expõe sua compreensão acerca do símbolo, pois, intuitivamente, compreendemos que esse caminho nos possibilita descortinar uma possível articulação entre o pensamento dos dois fenomenólogos considerados.

PENSAMENTO SIMBÓLICO EM MERLEAU-PONTY

Proponho expor minha compreensão sobre a constituição do pensamento simbólico como entendido pelo filósofo. Com este intuito visito a Estrutura do comportamento, onde afirma que seu objetivo é “compreender as relações entre a consciência e a natureza – orgânica, psicológica, ou mesmo social” (MERLEAU-PONTY, 1975, p.29). Estuda essas relações com o objetivo de compreender como se articulam pensamento e natureza entendida, essa última, como uma multiplicidade de acontecimentos exteriores uns aos outros e ligados por relações de causalidade.

Percorre diversas abordagens das ciências: a física, a biologia, a psicologia, descrevendo como é entendida essa relação, segundo essas ciências. Pergunta-se pela constituição de uma filosofia transcendental que coloque a questão da percepção.

Propõe chegar a estas questões partindo de ‘baixo’ e por uma análise da noção de comportamento. Essa noção parece importante porque tomada nela mesma é neutra face às distinções clássicas do psíquico e do fisiológico. (MERLEAU-PONTY, 1975)

Inicia abordando o comportamento reflexo, expondo a concepção clássica do reflexo e, em seguida, a Teoria da Forma que se propõe a superar essas concepções. Utiliza-se de um método descritivo procurando superar as análises intelectualistas e fisiológicas que se restringem a buscar explicações e relações causais.

Propondo, assim, percorrer o caminho para compreender como se dá a percepção, aponta, em princípio, os resultados da teoria da Gestalt, que privilegia a constituição de “formas” ou de estrutura funcionais. Afirma que o interesse da noção de forma é o de ultrapassar a concepção atomista do funcionamento nervoso sem reduzi-lo a uma atividade difusa e indiferenciada, além de rejeitar o empirismo psicológico sem passar à antítese intelectualista.

Aponta, ainda, a dificuldade que o método fisiológico oferece para explicar o comportamento superior. Afirma que a teoria do reflexo condicionado, ao ser tomada como uma teoria da aprendizagem, tem por tarefa explicar a aquisição de um comportamento novo e

adaptado, e nesse sentido, essa teoria assume que se aprende através de sucessivas experimentações. Ainda segundo o que propõe a teoria mencionada, o sucesso de determinados comportamentos acabam por levar à aprendizagem. Trata-se do princípio dos “ensaios e erros” (Merleau-Ponty, 1975, p. 125). O filósofo se opõe a isso e afirma que aprender não é tornar-se capaz de repetir o mesmo gesto, mas de oferecer, a uma determinada situação, uma resposta adaptada por diferentes meios. Expõe, nesse sentido, como a aprendizagem das cores pelas crianças é um processo lento e difícil, mas como também, ao aprender a distinguir, por exemplo, duas cores, como por exemplo, o verde e o vermelho, o que foi adquirido foi um poder de discriminação cada vez mais fino em relação a todas as outras cores.

Propõe então, que o progresso do comportamento é explicável, na medida em que emergem e se tornam eficazes relações espaciais, temporais, numéricas, funcionais e essas relações estabelecem um sentido entre um determinado estímulo e a resposta. Ou seja, não se trata de fazer intervir no esquema estímulo-resposta, as propriedades materiais dos estímulos, mas as propriedades formais da situação. Para ilustrar isso descreve como um paciente, ao lidar com um quebra-cabeças, é levado a executar em cada peça alternadamente, mas na ordem sistemática, todas as operações necessárias para decompô-lo, e mostra-se sem ação se é colocado diante do quebra-cabeças inteiro. Conclui o relato afirmando que o doente, ao lhe faltar essa possibilidade de compor e decompor, indica que as teorias do reflexo condicionado e do estímulo-resposta falham porque:

... as partes reais do estímulo não são necessariamente partes reais da situação. A eficácia de um estímulo parcial não está ligada à sua única presença objetiva. É preciso, por assim dizer, que ele faça reconhecer pelo organismo na nova constelação em que aparece. É oportuno distinguir a presença ‘em si’ do estímulo e sua presença ‘para o organismo’ que reage. (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 135).

Conclui a partir dessas observações que já não é possível categorizar os comportamentos em elementares e complexos, mas segundo a relação de sua estrutura com o conteúdo. Declara, ainda, que os animais se deixam dividir por categorias de acordo com o tipo de comportamento que lhes seja mais familiar. Distingue três categorias ou formas: sincréticas, amovíveis e simbólicas. (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 135).

Discorre sobre cada uma dessas categorias e menciona como a questão espaço-temporal se manifesta de modo distinto segundo cada uma dessas formas. Esclarece que os termos espaço e tempo não podem ser tomados em seu sentido humano, quando se tratam das formas sincréticas e amovíveis, em que relações de tempo podem ser simbolizadas pelas relações de espaço. O comportamento animal não pode ser explicado a partir de um conceito puro de espaço e de tempo apesar de haver, em seu comportamento, um privilégio espacial. O que falta aos animais é a capacidade de se mover no espaço vivido e assim organizar o espetáculo visual. O animal não pode, como nós podemos, se colocar no lugar do móvel e se ver a si mesmo como o objetivo. Ele não pode variar os pontos de vista, como não poderia reconhecer uma mesma coisa sob diferentes perspectivas.

Afirma que “É o comportamento simbólico onde se torna possível a estrutura coisa. No comportamento animal, os signos permanecem sempre sinais e não se tornam jamais símbolos”. (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 156).

Assim o filósofo inicia a descrição sobre as formas simbólicas, argumentando que é necessário que o sinal deixe de ser apenas um acontecimento ou mesmo um ‘excitante condicionado’ e se torne o tema próprio de uma atividade que tenda a exprimi-lo. Expõe como essa atividade está presente na aquisição de certos hábitos motores, como, por exemplo, datilografar ou tocar um órgão. Define então signo verdadeiro como aquele que representa o significado não apenas segundo uma associação empírica, mas enquanto sua relação aos outros signos é a mesma que existe na relação do objeto significado por ele aos demais objetos. Conclui, então que isso é o que permite decifrar línguas estrangeiras. (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 157)

Prossegue expondo de que modo a possibilidade de mudar de perspectiva ao expressar de diversas formas o mesmo tema, é o que diferencia o comportamento animal do humano. Afirma que os ‘a priori’ sensório-motores do instinto ligavam o comportamento a conjuntos individuais de estímulos e melodias cinéticas monótonas. Com as formas simbólicas, pelo contrário, aparece uma conduta que exprime o estímulo por si mesmo, que se abre à verdade e ao valor próprio das coisas e, nesse sentido, o comportamento não tem mais uma significação, mas é, ele próprio, significação.

Ao rever o trabalho desenvolvido ao longo dos capítulos precedentes, insiste, ainda, que o objeto desses capítulos não era então apenas estabelecer que o comportamento é irreduzível às suas pretensas partes. Seu objetivo era apontar, também, como o comportamento não é uma coisa nem uma idéia, tampouco é o invólucro de uma consciência pura. Como testemunhas de um comportamento não somos também uma consciência pura.

Os estudos de pacientes com problemas de significação são, posteriormente na “A Fenomenologia da Percepção”, retomados com o intuito de desenvolver que o procedimento de, a partir dos dados sensíveis, ir descortinando significações, expõe o método espontâneo da percepção normal. Afirma que nas pessoas que não sofrem da doença de significação o objeto é “falante” e significativo. Suas intenções refletem-se imediatamente no campo perceptivo, polarizam-no, ou fazem aparecer nele uma onda significativa. É a fisionomia do mundo que permite, ao perceber um objeto, que possamos ‘penetrá-lo’, assimilar sua estrutura, e sendo nosso próprio corpo⁶, regular diretamente seus movimentos, num diálogo do sujeito com o objeto.

Assim para Merleau-Ponty o número tem sua fisionomia. Trata-se de uma estrutura de consciência que comporta o mais e o menos. E, em sua forma de entendê-lo, o ato de contar exige que as operações efetuadas pelo sujeito à medida que se desenrolam e deixam de ocupar o ‘centro’ de sua consciência estejam disponíveis e constituam um ‘solo’ sobre o qual operações ulteriores se estabeleçam. A consciência conserva atrás de si as sínteses efetuadas e poderiam ser reativadas. É assim que são retomadas e ultrapassadas no ato total de numeração. “Aquilo que chamam de número puro ou de número autêntico é apenas uma promoção ou uma extensão por recorrência do movimento constitutivo de toda percepção”.(MERLEAU-PONTY, 1994, p188)

Não existem, rigorosamente, signos convencionais, mas falas nas quais se contrai a história de toda uma língua e que realizam a comunicação (Merleau-Ponty, 1994, p.255). A utilização, portanto, dos signos convencionais, está inserida no que o filósofo chama de “fala falada”, que desfruta das significações disponíveis e que impossibilitam atos de expressão autêntica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção ao apresentar o texto foi a de, a partir da proposta husserliana de uma contagem autêntica, investigar como os estudos de Merleau-Ponty iluminam, ao discorrer sobre a percepção, a possibilidade dessa contagem.

Vimos que Husserl não reduz número a um fenômeno mental. Número pode ser apresentado tanto autenticamente como simbolicamente. Considera os números como conceitos. E, como esclarece, conceitos não são entidades puramente psicológicas. Um conceito pode em algum sentido ser o conteúdo de uma apresentação, mas não é idêntico à representação. O conteúdo de uma representação não é uma parte imanente da própria representação. Define número como ‘multitudes determinadas’ e avança em afirmar que números não são apenas multitudes, mas ‘modos de quantos’, que necessita que o ‘muitos’ seja determinado de forma mais precisa.

A definição de Husserl sublinha o caráter relacional do conceito de número. A definição de número deveria, para Husserl, trazer luz para o sentido ou conteúdo desse conceito. Deveria ajudar a entender o que realmente significamos como número. Husserl insiste em que é

⁶ Merleau-Ponty (1994) usa o termo corpo-próprio para indicar, segundo Bicudo (1997), nosso ponto de vista no mundo., o lugar onde o espírito assume uma certa situação física e histórica.

necessário ir além de qualquer definição de número e estudar o ‘fenômeno’ no qual número está envolvido.

Procura pela origem do número e usa o termo ‘origem’ para designar, mais do que o processo para mover-se do concreto para conceitos gerais, a síntese intencional através da qual os objetos concretos eles próprios são primeiramente constituídos. Fenomenologicamente, estudar o conceito de origem é extrair os atos intencionais - vazios e plenos- através dos quais o objeto emerge como algo identicamente o mesmo. É descrever os aspectos essenciais dos atos através dos quais o objeto é intuído como uma identidade.

Números, segundo Husserl são também objetos categoriais. Eles também são dados intuitivamente apenas através do desenvolvimento de certas atividades categoriais correspondentes. A atividade categorial na qual números se tornam intuitivamente autenticamente presentes, Husserl chama de “contagem”. O fato intrigante é que, para atribuir a cada objeto de um grupo um determinado número, supõe-se uma certa familiaridade com números: ter aprendido as palavras do número em sua seqüência apropriada. Exige, ainda, saber como usá-los para saber o número do grupo cujos itens estamos contando. Como então dizer que contar é uma atividade na qual os números se tornam presentes de forma ‘original’? Não existiria uma atividade ainda mais fundamental que Husserl está solapando?

Nesse ponto Merleau-Ponty esclarece que o ato de contar exige que as operações efetuadas pelo sujeito à medida que se desenrolam e deixam de ocupar o ‘centro’ de sua consciência estejam disponíveis e constituam um ‘solo’ sobre o qual operações ulteriores se estabeleçam. A consciência conserva atrás de si as sínteses efetuadas e poderiam ser reativadas. É assim que são retomadas e ultrapassadas no ato total de numeração. “Aquilo que chamam de número puro ou de número autêntico é apenas uma promoção ou uma extensão por recorrência do movimento constitutivo de toda percepção.” (MERLEAU-PONTY, 1994, p188). Esclarece ainda que a fala pressupõe o pensamento e, nesse sentido, falar é unir-se ao objeto por uma intenção de conhecimento ou de representação. A denominação dos objetos é o próprio ato de reconhecê-lo. Entretanto, ocorre a impressão de que existe pensamento por si, antes da expressão. Isso se dá pelo fato de existirem pensamentos já constituídos e já expressos. Uma nova intenção significativa só se conhece a si mesma na medida em que se recobre de significações já disponíveis que, por sua vez, se entrelaçam de uma vez por todas originando um novo ser cultural. (ANASTACIO,1999)

Nos seus escritos mais antigos Husserl usa o termo contagem em dois sentidos distintos. A contagem de todo dia, na qual agimos de forma ‘cega’, ‘mecânica’ não exige que sejamos conscientes do ‘conteúdo conceitual’ das palavras do número que usamos. Em contraste com essa contagem do dia-a-dia, Husserl menciona uma ‘contagem autêntica’- na qual o ‘conteúdo conceitual’ das palavras dos números é, de fato, ativado. As palavras (os nomes) dos números não são usadas apenas num modo cego, mecânico, como ‘rótulos’ para os itens de um grupo. Antes, são usados como nomes genuínos cujos significados são pensados de forma articulada, ativa. É apenas nessa autêntica contagem que verdadeiramente a presença original do número é adquirida.

Nessa concepção do ato de contar, está presente como Merleau-Ponty (1994, p.188) entende a memória. Trata-se não da consciência constituinte do passado, mas de um esforço para reabrir o tempo a partir das implicações do presente. A função do corpo na memória é a de ser o meio permanente de comunicação com o tempo, pois, o passado e o futuro só existem quando o sujeito se estende em sua direção. A passagem de um presente a outro presente não é pensada, mas efetuada pelo sujeito em seu corpo. (ANASTACIO,1999)

Ou ainda, como afirma: “...no momento decisivo da aprendizagem, um ‘agora’ sai da série dos ‘agoras’...” (MERLEAU-PONTY, 1975, p.161) e a concepção de memória como capacidade de reter conhecimentos num nível intelectual ou racional é substituída por outra. Trata-se do poder de desdobrar um passado para caminhar para um futuro (MERLEAU-PONTY, 1994, p.188). Quando a fisionomia do número é apreendida, a compreensão se faz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTACIO, Maria Queiroga Amoroso **Três ensaios numa articulação sobre a racionalidade, o corpo e a educação na Matemática**. Campinas, 1999 Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp.

BELLO, Angela Ales. **A fenomenologia do ser humano**: traços de uma filosofia do feminino. (trad. Antonio Angonese), Bauru, SP: Edusc, 2000.

BICUDO Maria Aparecida Viggiani. **A percepção em Edmund Husserl e em Maurice Merleau-Ponty**. Veritas, Porto Alegre, v. 42, nº1, pp.79-90, Março, 1997.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Tempo, tempo vivido e história**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Estrutura do Comportamento**. (trad. José de Anchieta Correa). Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1975.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HUSSERL, Edmund. **The Crisis of European Sciences**. Trad. Maria Aparecida Viggiani Bicudo. Evanston: Northwestern University Press, 1970.

MILLER, J. Philip. **Numbers in presence and in absence**. Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1982.